

iRadarPPP

JULHO/2023

Powered By

Azevedo Sette
ADVOGADOS

vernalha
pereira

Desenvolvido por

 RADAR PPP

Com objetivo de analisar as tendências do mercado de PPP e concessões, desenvolvemos um **índice** que retrata o **desempenho médio do mercado**, gerando percepções diárias sobre a evolução ou involução das expectativas sobre os projetos de concessão e PPP.

A lógica geral do iRadarPPP envolve a ponderação diária do estoque de investimentos estimados para a totalidade de iniciativas de PPP e concessões.



Obtemos os valores estimados de investimentos por meio de informação pública disponível.



À medida que novos contratos são firmados o estoque é elevado, enquanto que a execução dos contratos ao longo do tempo reduz o estoque, dado que os investimentos já incorreram.



À medida que as iniciativas em desenvolvimento se aproximam da assinatura contratual o montante dos investimentos estimados é ponderado para também se somar ao estoque total, alterando as expectativas para o mercado.



A depender de como as iniciativas de PPP e concessão se desenvolvem, o estoque de investimentos é impactado, acarretando variação positiva ou negativa do índice.

iRadarPPP em julho/23: retração momentânea e expectativa de expansão futura

Índice registrou retração em decorrência de desistências municipais pela estruturação de projetos via FEP, mas acumula expectativa com Novo PAC

Radar PPP
11/08/2023

O iRadarPPP do mês de julho registrou retração de 11,27%, alcançando 102,989436 pontos (estimativa de investimento em R\$ 1,081 trilhão). Destaque negativo é a desistência de municípios da Chamada Pública nº 001/2022 - Setor de Iluminação Pública, promovida pela Caixa Econômica Federal, no âmbito do FEP (Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPPs). Entre os municípios desistentes em julho de 2023 estão capitais importantes, como Florianópolis-SC, Fortaleza-CE, São Luís-MA e Porto Velho-RO, além de outros municípios com parques de iluminação expressivos como Praia Grande-SP, Cascavel-PR, Taboão da Serra-SP, Araraquara-SC e Suzano-SP.



Governo Federal. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/seppi/noticias-1/caixa-publica-lista-de-prefeituras-aptas-a-receber-apoio-do-governo-federal-fep-no-setor-de-iluminacao-publica>

Outras iniciativas relevantes foram paralisadas ou canceladas no mês de julho/23, como o projeto de PPP de Almirante Tamandaré-PR (revogação do PMI aberto), a suspensão da licitação para a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Teresópolis-RJ (após envolvimento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro) e a suspensão da licitação da PPP para geração distribuída de energia para escolas de Fortaleza-CE (em virtude da necessidade de analisar e tratar elevado número de pedidos de esclarecimentos recebidos).

Entre as movimentações positivas, foram observadas a inserção de 59 novas iniciativas em PPPs e concessões, das quais 10 são estaduais, 9 são da União (8 em Portos), uma é desenvolvida em consórcio (por municípios mineiros) e 39 por municípios. Municípios paulistas são os destaques (9). Entre os estados, Paraná tem três novas iniciativas, enquanto São Paulo, Minas Gerais e Goiás possuem duas cada.

Foram 14 consultas públicas abertas no mês, além de 42 licitações publicadas e 32 sessões para abertura de envelopes de licitação estavam previstas para o período.



Novas iniciativas no radar

Espera-se para os meses seguintes uma retomada de crescimento do iRadarPPP. Somente para agosto, 56 licitações já possuem data de abertura de envelopes – destaque para as licitações de 5 terminais portuários federais em Alagoas, Ceará e Rio Grande do Sul. Além destas, 11 licitações homologadas e adjudicadas podem avançar ao estágio de assinatura contratual – destaque para a PPP do Hospital de Urgência e Emergência de Rondônia, com operação nas modalidades bata cinza e bata branca.

Além das iniciativas já mapeadas, há uma expectativa positiva no mercado de concessões e PPPs em virtude do lançamento do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O programa confirmou os planos da União em estimular o investimento em infraestrutura junto aos entes subnacionais por meio de parcerias público-privadas. As estimativas indicam R\$ 612 bilhões projetosem investimento privados para os projetos que compõem a carteira do Novo PAC.



Algumas das iniciativas previstas no Novo PAC já são monitoradas pelo Radar de Projetos e compõe a base de dados do iRadarPPP, como o trem intercity que ligará São Paulo a Campinas, Sorocaba, Santos e São José dos Campos. A expectativa é que aportes ou financiamentos federais auxiliem as iniciativas a avançarem no seu ciclo de desenvolvimento, integralizando todo o potencial de investimento estimado.



100 contratos de PPP e concessão em Cultura, Lazer e Comércio

Pelo segundo mês consecutivo o segmento Cultura, Lazer e Comércio foi destaque no mercado de PPPs e Concessões, apresentando o maior número de novas iniciativas identificadas (10). Destaque para a iniciativa de concessão do Complexo Serra Dourada, sob responsabilidade do Governo do Estado de Goiás, que teve PMI publicado.

O 100º contrato assinado no segmento foi a concessão para exploração econômica e comercial, manutenção, operação e gestão do Mercado Municipal Amilcar Donatto Barletta, em Bragança Paulista, com investimento estimado em cerca de R\$ 13,8 milhões.

O número de contratos vigentes no segmento deverá aumentar, já que são 21 licitações em curso, como a concessão do Jardim de Alah, no município do Rio de Janeiro, e do Complexo Turístico do Morro do Careca, em Balneário Camboriú-SC.



TCU, a repactuação e os impactos nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário

A Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, previu a possibilidade de os contratos de concessão nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, em que as “disposições contratuais não estejam sendo atendidas ou cujos contratados demonstrem incapacidade de adimplir as obrigações contratuais ou financeiras assumidas originalmente”, serem relicitados. Isso é, a lei previu a possibilidade de extinção amigável dos contratos (problemáticos) existentes e a celebração de novo ajuste, em novas condições contratuais e com novos contratados, mediante licitação promovida para esse fim.

A lei previu também que a adesão à relicitação é irreatável e irrevogável e que aquele contratado não pode participar do novo certame ou do futuro contrato de parceria relicitado.

Visou-se com isso assegurar a continuidade da prestação dos serviços, evitando-se a caducidade dos respectivos contratos.

Contudo, no início deste mês, o TCU decidiu pela possibilidade de repactuação dos contratos em processo de relicitação, ao analisar consulta sobre a possibilidade de desistência por concessionárias ao processo de relicitação.

Sem adentrar na discussão do acerto ou não da posição firmada pelo TCU, importante que se diga que a decisão se deu num contexto em que há, por parte do governo, o desejo de destravar investimentos relevantes no setor – especialmente nas rodovias (algo em torno de R\$ 13 bilhões) – em curto espaço de tempo e ainda neste governo. A decisão pela possibilidade de repactuação também se deu dentro de um contexto de demora na conclusão dos nove processos de relicitação em tramitação, vários deles pendentes de aprovação pelo TCU. Só para se ter uma ideia, a relicitação da BR-040 – aprovada em abril deste ano com

determinações à ANTT - tramitou no TCU desde o início do ano de 2020 e a dificuldade residiu, em grande parte, na complexidade dos critérios para a quantificação da indenização devida ao contratado original.

Com efeito, de se notar que a possibilidade de repactuação está vinculada a uma série de condicionantes – quinze no total – e que compreendem providências que pressupõem negociações árduas e complexas, além da realização de estudos complicados e morosos, que deverão ser formalizados e apresentados à apreciação do TCU.

Isso tudo indica que o processo de repactuação não deverá ser menos moroso ou menos complexo que o processo de relicitação em si, trazendo consigo ainda a problemática que envolve a renegociação de contratos de concessão e a necessidade de se observar os princípios que norteiam a atuação da administração pública, notadamente os da isonomia, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade, dentre outros.

Importante notar também que, em face dos princípios acima citados, as repactuações atualmente no radar do governo e dos órgãos de controle poderão dar ensejo a que novas renegociações sejam pleiteadas (administrativa ou judicialmente), já que a crise econômica que atingiu os contratos objeto dos processos de relicitação atuais igualmente afetou outras concessionárias, que poderão se valer do precedente para requerer a repactuação de seus contratos.

Autora

Bruna Bouissou, sócia da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados



4º escritório mais lembrado pelas maiores empresas (em faturamento) e bancos (em ativos) da América Latina. Pesquisas Who Represents Biggest Latin America's Companies e Who Represents Biggest Latin America's Banks (LACCA, 2022)



www.azedosette.com.br



Leilões de arrendamento de terminais portuários seguem com pipeline robusto



Rodrigo Pinto de Campos

Sócio da área de infraestrutura e projetos do Vernalha Pereira



Dados de Julho do iRadarPPP destacam a continuidade de um pipeline bastante aquecido para projetos no setor portuário. É o que revela a Resolução CPPI n.º 278, de 21/06/2023, por intermédio da qual o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos opinou favoravelmente e submeteu à qualificação do Presidente da República 11 empreendimentos portuários públicos federais. Trata-se de 10 Terminais localizados nos Portos Organizados de Recife/PE, Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, Maceió/AL, Vila do Conde/BA e Santana/AP, com estimativa de realização dos respectivos leilões entre o 4º Trimestre de 2023 e o 1º Trimestre de 2024, bem como do Canal de Acesso Aquaviário ao Porto de Rio Grande/RS, cuja previsão de leilão é para o 4º Trimestre de 2025. Estes projetos, após qualificados, se juntarão a outros 34 já em tramitação perante o PPI, dos quais 29 dizem respeito a Terminais Portuários.

O robusto calendário de leilões – cuja rodada mais recente, ocorrida no dia 11/08 e ainda em andamento, envolve 3 Terminais de Granéis Líquidos (combustíveis) no Porto Organizado de Maceió, 1 de Granéis Sólidos Vegetais no de Porto Alegre e o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza – confirma a escolha de política pública consistente em dar maior tração aos arrendamentos de Terminais, em detrimento da realização de concessões completas dos Portos Organizados. Nesse sentido, é de se chamar a atenção para o fato de que os projetos de concessão dos

Portos de Santos, São Sebastião, Itajaí e Salvador, embora não tenham sido formalmente descontinuados, parecem ter perdido força junto ao Poder Concedente.

Independentemente das razões que motivam a chancela desta opção, é importante salientar que o arrendamento de terminais portuários por meio de leilão é um modelo já testado, praticado e refinado ao longo das últimas 3 décadas, o que pode conferir boa dose de previsibilidade e segurança jurídica aos players interessados. No pacote licitado em agosto, observa-se que há ampla liberdade de precificação, na medida em que, para 4 dos 5 lotes, o critério de julgamento (maior valor de outorga a ser pago à Autoridade Portuária pelo arrendamento) partiu do valor simbólico de R\$ 1,00. Ademais, nota-se que as minutas de contrato de arrendamento constantes dos documentos licitatórios são bastante objetivas e contêm matrizes de riscos, por assim dizer, clássicas, uma vez que, por exemplo, riscos de demanda, de variação cambial, de picos inflacionários e de preços de insumos estão integralmente alocados à Arrendatária – diferentemente do que se tem observado nas avenças mais recentes de outros modais de transporte, como rodovias e aeroportos, no âmbito dos quais têm sido implementados mecanismos de compartilhamento destes mesmos riscos.

O sucesso dos lotes mais recentemente levados a mercado, aliado à constatação da continuidade do fluxo de projetos no pipeline setorial e à expectativa de estabilização e crescimento do comércio marítimo em um cenário posterior à pandemia e à guerra da Ucrânia, são indicativos de que os arrendamentos de Terminais Portuários continuarão a constituir boas oportunidades de investimento para os grupos atuantes neste setor.



A **Radar PPP** ajuda sua empresa a desenvolver as capacidades e habilidades para interpretar o mercado nacional de infraestrutura, além de oferecer informações que fazem a diferença. Acreditamos que o mercado brasileiro de investimento privado em infraestrutura pode gerar benefícios para empresas, órgãos do governo e sociedade. A chave é o acesso à informação qualificada. É a informação adequada e no momento certo que permitirá aos agentes tomar melhores decisões, gerando ganhos para todos os envolvidos.

o que fazemos



CONSULTORIA | A Radar PPP tem expertise para **atuar de forma estratégica em todas as etapas do ciclo de vida das PPPs**, com produtos e serviços que podem ser contratados de forma integrada ou caso a caso, de acordo com a necessidade dos clientes.

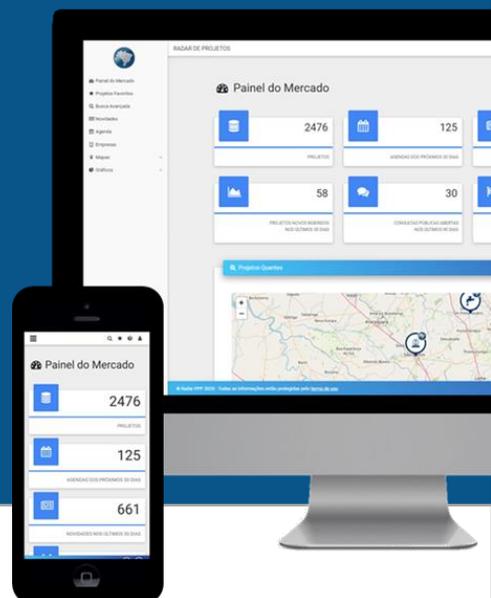


INFORMAÇÃO | A Radar PPP desenvolveu o mais qualificado sistema de informação sobre concessões e PPPs do Brasil (**Radar de Projetos**), com monitoramento diário de **mais de 4.800 projetos mapeados**.



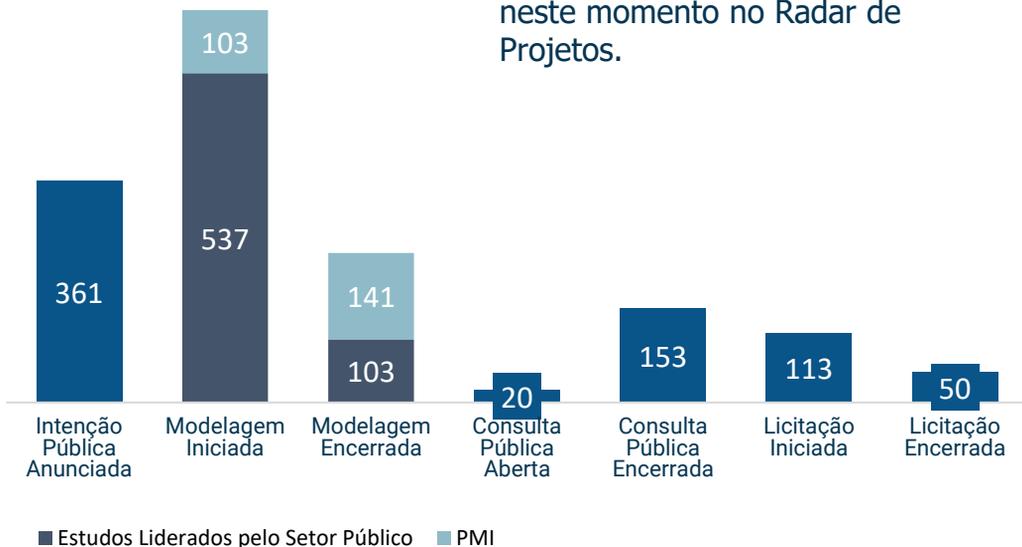
TREINAMENTOS | A Radar PPP presta serviços em parceria com centros de estudos nacionais e internacionais, além de treinamentos específicos para preparação da **certificação CP³P**, ou customizados de acordo com a necessidade dos clientes.

- O foco estratégico na melhoria da eficiência do mercado brasileiro de PPPs e concessões inspirou a Radar PPP a **conceituar, desenvolver e atualizar o único banco de dados existente da experiência brasileira com o tema.**





- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP, possui atualmente **informações sobre mais de 4.800 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.
- Existem **1.581 projetos ativos, nos diversos estágios de maturidade**, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em radarppp.com, 11 de agosto de 2023. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

Projetos em Destaque

Drenagem Urbana (Belém) Água e Esgoto

Modelagem – PMI Iniciado



Pará | Belém

Resíduos Sólidos da Unidade de Contagem da Ceasaminas (União) Resíduos Sólidos

Intenção Pública Anunciada



União

Iluminação Pública (São Roque) Iluminação Pública

Consulta Pública Aberta



São Paulo | São Roque

Complexo Serra Dourada Cultura, Lazer e Comércio

Modelagem – PMI Iniciado



Goiás

O presente documento é um oferecimento de

Azevedo Sette Advogados

Somos um escritório full service na área do Direito Empresarial, com mais de 50 anos. Contamos com mais de 500 colaboradores em cinco unidades. Em 2022, ocupamos o 4º lugar no ranking "Who represents Latin America's biggest companies 2022", da Latin American Corporate Counsel Association – LACCA. Somos reconhecidos no setor de Infraestrutura pelos melhores guias especializados (Chambers Global, Chambers Latin America, Chambers Brazil, LACCA Approved, Who's Who, The Legal 500, Latin Lawyer 250 e Leaders League), e por clientes públicos e privados, nacionais e internacionais. Somos o Azevedo Sette Advogados.

Azevedo Sette
ADVOGADOS

**vernalha
pereira**

Vernalha Pereira Advogados

Vernalha Pereira é um escritório admirado em diversas expertises do direito corporativo pelos principais diretórios jurídicos nacionais e internacionais. É reconhecido por atuar como um consistente parceiro de negócios em projetos de infraestrutura no Brasil, especialmente nos setores de saneamento, construção, rodovias, ferrovias, aeroportos, mobilidade urbana, energia, gás, comunicações, iluminação pública e cidades inteligentes. Com unidades em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília e Curitiba, a banca conta com profissionais preparados para oferecer soluções jurídicas multidisciplinares e integradas, com a precisão, eficiência e responsabilidade que os grandes casos e os projetos complexos exigem.

Radar PPP

A Radar PPP foi fundada em 2014 com o propósito de preencher a necessidade identificada pelos seus fundadores de organizar a informação pública disponível sobre o mercado nacional de PPPs e concessões. E segue fazendo isso até hoje, juntamente com as atividades de produção de conhecimento, o desenvolvimento e implementação de cursos e a prestação de serviços especializados de consultoria para governos, empresas, organizações do terceiro setor e instituições multilaterais. Diariamente, renovamos a nossa crença de que o futuro da infraestrutura e o aprimoramento da qualidade no gasto público no país passam pelas PPPs e Concessões. E a Radar PPP tem orgulho de existir para fazer parte disso.

 **RADAR PPP**

Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

O iRadarPPP é um oferecimento da Radar PPP, de parceiros e patrocinadores para servir como indicador para os milhares de profissionais, da iniciativa privada e do setor público, que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados do Radar de Projetos.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade da prática nacional com concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo a qualidade no emprego de recursos públicos.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco (info@radarppp.com). A Radar PPP sempre está aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.

Para esclarecimentos sobre a metodologia do iRadarPPP, consulte <https://radarppp.com/informacao/iradarppp/>.